



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

Aos 11 dias do mês de dezembro de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata nº 5, referente à reunião de 4 de dezembro de 2019.

2. Baixaram à Comissão:

-Projeto de Resolução n.º 131/XIV/1.ª (PEV) - "Abolição de portagens na A24"

-Projeto de Resolução n.º 132/XIV/1.ª (PEV) - "Abolição de portagens na A25"

-Projeto de Resolução n.º 133/XIV/1.ª (PEV) - "Pela urgente requalificação da Estrada Nacional 225"

-Projeto de Resolução n.º 134/XIV/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo que promova uma avaliação do princípio da convergência das taxas aeroportuárias"

-Projeto de Resolução n.º 142/XIV/1.ª (BE) – “Pela requalificação de toda a linha do Alentejo, a eletrificação do troço ferroviário Casa Branca – Beja – Funcheira e a reativação do ramal ferroviário de Ajustrel”

3. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação da ata nº 5, referente à reunião de 4 de dezembro de 2019.

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente da Comissão submeteu a votação a ata n.º 5/XIV/1.ª, relativa à reunião de 4 de dezembro de 2019, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, PAN e PEV.

2. Baixaram à Comissão:

O Senhor Presidente da Comissão informou que baixaram à Comissão as seguintes iniciativas:

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

- Projeto de Resolução n.º 131/XIV/1.ª (PEV) - "Abolição de portagens na A24"
- Projeto de Resolução n.º 132/XIV/1.ª (PEV) - "Abolição de portagens na A25"
- Projeto de Resolução n.º 133/XIV/1.ª (PEV) - "Pela urgente requalificação da Estrada Nacional 225"
- Projeto de Resolução n.º 134/XIV/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo que promova uma avaliação do princípio da convergência das taxas aeroportuárias"
- Projeto de Resolução n.º 142/XIV/1.ª (BE) – “Pela requalificação de toda a linha do Alentejo, a eletrificação do troço ferroviário Casa Branca – Beja – Funcheira e a reativação do ramal ferroviário de Ajustrel”

3. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão informou que baixou à Comissão a seguinte iniciativa:

- Projeto de Lei n.º 142/XIV/1.ª – “Limita o período de fidelização nos contratos de prestação de serviços de comunicações eletrónicas”, e que cabe nomeação de um relator ao GP PSD. O GP PSD informou que a referida nomeação será feita oportunamente.

O Senhor Presidente da Comissão deu início à discussão da proposta de definição das competências da Comissão, bem como das audições regimentais e das grelhas de tempo, para a XIV Legislatura, enviada a todos os GP e a ser posteriormente debatida em sede de Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares (a ter lugar nesse mesmo dia), solicitando aos GP que manifestassem as suas posições face àquela proposta.

Começou por usar da palavra o Senhor Deputado Hugo Costa (PS), para expressar a sua concordância face às competências propostas, questionando se as matérias relativas à Segurança Rodoviária seriam ou não incluídas naquele elenco. Tendo o Senhor Presidente da Comissão esclarecido que do rol de competências e audições regimentais compreendidas na proposta enviada aos Senhores Deputados, não constavam as referidas matérias, nem a audição regimental do Ministro da Administração Interna.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

Pronunciou-se de seguida o Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD), para concordar com as competências propostas e para mencionar que a matéria relativa à Segurança Rodoviária fora no passado tratada na Comissão, nas XII e XIII Legislaturas e que, embora possa ser também uma matéria da competência de outras Comissões, tal não afasta a necessidade de se assegurar a audição do Ministro da Administração Interna. Nesse sentido, afirmou ainda que, dadas as extensas competências da Comissão, se deveria assegurar pelo menos uma audição regimental por cada Ministro respetivo. Sugerindo, para tal efeito, que isso seria alcançado mediante a utilização de um critério de estabelecimento de uma ligação direta entre o nível de relacionamento de cada Ministro com a Comissão, para a partir daí definir o número de audições regimentais a serem realizadas (podendo estabelecer-se uma, duas ou quatro audições regimentais).

Também a Senhora Deputada Isabel Pires (BE), usando da palavra, concordou genericamente com as competências e audições regimentais propostas, manifestando também a sua concordância quanto à possibilidade de se estabelecer uma audição regimental por cada Ministro, especialmente quanto ao Ministro da Administração Interna, no respeitante à matéria da Segurança Rodoviária e Ministro do Mar quanto à matéria dos Portos.

O Senhor Presidente da Comissão interveio para prestar os esclarecimentos tidos por necessários, informando que (i) a Comissão, na anterior Legislatura, não fez audições regimentais ao Ministro da Administração Interna e que, relativamente à matéria da Segurança Rodoviária, esta era abordada na sequência da apresentação do relatório anual de sinistralidade rodoviária, mediante audição do Ministro da Administração Interna (ii) no respeitante à matéria dos portos de pesca, é competência da 7ª Comissão, mantendo-se as restantes infraestruturas portuárias na alçada da Comissão (iii) na prática, a 1ª Sessão Legislativa da XIV Legislatura, após debate orçamental, terá a duração aproximada de seis meses, período esse bastante reduzido para realizar, no mínimo, 10 audições regimentais, devendo essa particularidade ser tida em consideração na definição do número de audições regimentais a serem realizadas (iv) relativamente ao setor dos transportes, foi proposto realizar-se uma audição regimental, para além da audição relativa ao



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

Orçamento de Estado, não se excluindo à partida que possam ocorrer eventualmente mais audições, a requerimento.

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) solicitou, por sua vez, ao Senhor Presidente da Comissão que esclarecesse se iria defender, na Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares, a competência exclusiva da Comissão, sobre o setor dos transportes. Tendo o Senhor Presidente da Comissão confirmado que iria defender essa posição.

Por sua vez, manifestou o Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) a sua opinião quanto ao que considera ser a parca delimitação de competências entre a 6ª e a 11ª Comissões sobre o setor dos transportes.

O Senhor Presidente da Comissão concordou com a necessidade de delimitação das competências de cada Comissão e reforçou que os Ministros que dependam quase exclusivamente da Comissão, devem ser ouvidos 3 vezes, cada um, para além da audição orçamental e os restantes Ministros deverão ser ouvidos uma vez, excluindo a audição orçamental.

Similarmente os Senhores Deputados Carlos Pereira (PS) e Isabel Pires (BE) manifestaram a sua concordância quanto à necessidade de clarificação e delimitação dos setores e matérias cujas competências sejam compartilhadas com outras Comissões, não se opondo ainda a Senhora Deputada Isabel Pires (PS) ao número de audições regimentais propostas, sem prejuízo de audições adicionais estarem garantidas por requerimento.

Por seu turno, reforçou o Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) a sua posição quanto à impraticabilidade de se realizarem o número de audições regimentais propostas. Não obstante admitir a necessidade de consenso na fixação de regras específicas, nesse âmbito, para a 1ª Sessão Legislativa da XIV Legislatura, não afasta a fixação de regras a serem aplicadas até ao fim da XIV Legislatura. Concordou ainda com o estabelecimento de, pelo menos, uma audição regimental a cada Ministro, para garantir que todos sejam, efetivamente, ouvidos.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão relembrou que a proposta a ser apresentada na Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares prevê, no mínimo, duas audições regimentais por cada um dos respetivos Ministro.

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) sugeriu, a propósito do número de audições regimentais previstas, que à semelhança do que ocorreu na XIII Legislatura, as mesmas poderão ter de se realizar em dias que não estejam necessariamente destinados às mesmas, manifestando ainda concordância com os restantes GP no que concerne à necessidade de clarificar a delimitação das competências das várias Comissões.

Fazendo uso da palavra, frisou o Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) a importância de se ser razoável aquando da definição do número de audições regimentais a serem realizadas por cada um dos respetivos Ministros, evitando-se quer a omissão total quer o exagero do número de audições regimentais estabelecidas, concluiu sugerindo que, no respeitante a competências exclusivas deveria estabelecer-se quatro audições regimentais e para competências partilhadas duas audições regimentais.

Posição com a qual o Senhor Deputado Hugo Costa (PS) concordou, reforçando a necessidade de se realizarem quatro audições regimentais ao Ministro do Planeamento.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) manifestou a sua concordância quanto às posições dos GP PSD e GP PS, solicitando esclarecimentos adicionais quanto ao critério de estabelecimento de quatro audiências regimentais *versus* duas audiências regimentais. Embora tenha entendido que o reduzido período de calendário em que se poderá, efetivamente, proceder a audições regimentais, fora do período de processo orçamental, justifica uma solução de meio termo, estranhou, todavia, que quanto ao sector dos transportes se preveja apenas uma audição regimental. Admitiu ainda a necessidade de se proceder a alterações na 2ª Sessão Legislativa até ao final da XIV



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

Legislatura, concordou por fim que a matéria da coesão territorial pertence à Comissão.

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) interveio para solicitar informações sobre a audição ao Ministro Pedro Nuno Santos, esclarecendo o Senhor Presidente da Comissão que fora enviada uma solicitação nesse âmbito e que se estaria a aguardar resposta à mesma.

Por fim, o Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) indagou o Senhor Presidente da Comissão quanto à divulgação do relatório da auditoria feita aos CTT, pelo Inspeção Geral das Finanças (IGF), uma vez que na semana seguinte seriam discutidas, em Plenário, iniciativas legislativas referentes a esta entidade e, como tal, seria oportuno que os Senhores Deputados tivessem conhecimento do resultado da referida auditoria. Concluindo, solicitou ao Senhor Presidente da Comissão que se fizessem as diligências necessárias para que se pudesse obter o relatório da IGF sobre a dita auditoria.

Nesse seguimento, interveio o Senhor Deputado Hugo Costa (PS) mencionando que, pesando embora o facto de o pedido de auditoria aos CTT ter sido feito noutra Comissão Parlamentar, concordava que deveria ser feito um esforço no sentido de se obter o referido relatório.

O Senhor Presidente da Comissão informou a esse respeito que iria providenciar para que o referido relatório fosse obtido com a maior rapidez possível.

A reunião foi encerrada às 10:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de dezembro de 2019.

O PRESIDENTE

(ANTÓNIO TOPA)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 6/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Topa
Bruno Dias
Carlos Pereira
Cristina Jesus
Cristina Moreira
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Filipa Roseta
Hugo Carvalho
Hugo Costa
Hugo Martins de Carvalho
Isabel Lopes
Isabel Pires
Jorge Salgueiro Mendes
Nuno Fazenda
Pedro Coimbra
Ricardo Leão
Sofia Matos
Afonso Oliveira
Eduardo Teixeira
Filipe Pacheco
Márcia Passos
Paulo Neves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Hugo Oliveira
José Luís Ferreira
Maria Manuel Rola

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Assunção Cristas
Cristina Rodrigues